



PODER

Câmara impõe dura derrota ao governo

Deputados retiram de pauta a MP alternativa ao IOF, que precisava ser votada ontem para não perder a validade. Planalto contava com os recursos previstos no texto para fechar o orçamento de 2026, mas agora terá de buscar outras opções

» ISRAEL MEDEIROS
» ALÍCIA BERNARDES
» EDUARDA ESPOSITO
» IAGO MAC CORD*

Uma semana depois da vitória mais importante para o Planalto no Congresso, com a isenção do Imposto de Renda, o governo sofreu uma dura derrota no plenário da Câmara. Em uma batalha nos bastidores que teve tom de disputa eleitoral antecipada, a oposição, com forte participação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), conseguiu minar o apoio de partidos do Centrão à medida provisória (MP) que aumentaria a arrecadação nos próximos anos, com taxas maiores para fintechs e outros setores. O texto daria respiro às contas do governo na reta final de 2025 e a partir de 2026, mas foi retirado de pauta antes mesmo de ser votado, com 253 votos pela derrubada contra 193 dos que queriam mantê-lo na pauta.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou a rede X para lamentar o resultado. “A decisão da Câmara de derrubar a medida provisória que corrigia injustiças no sistema tributário não é uma derrota imposta ao governo, mas ao povo brasileiro. Essa medida reduzia distorções ao cobrar a parte justa de quem ganha e lucra mais. Dos mais ricos. Impedir essa correção é votar contra o equilíbrio das contas públicas e contra a justiça tributária”, escreveu.

O chefe do Executivo também apontou os interesses eleitorais da oposição com a derrota. “O que está por trás dessa decisão é a aposta de que o país vai arrecadar menos para limitar as políticas públicas e os programas sociais que beneficiam milhões de brasileiros. É jogar contra o Brasil”, enfatizou.

A MP foi editada pelo governo em junho. O objetivo era estabelecer fontes de arrecadação que pudessem substituir o aumento de alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Na época, o Planalto foi avisado de que as mudanças no IOF não seriam

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Plenário da Câmara: deputados aprovaram requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória (MP) 1.303 por 251 a 193



O que está por trás dessa decisão é a aposta de que o país vai arrecadar menos para limitar as políticas públicas e os programas sociais que beneficiam milhões de brasileiros. É jogar contra o Brasil”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

aprovadas porque medidas que elevam impostos são impopulares. Depois de negociações com a cúpula do Congresso, o Executivo apresentou a MP e fez concessões no decreto do IOF. A previsão era de arrecadar R\$ 35 bilhões em 2026 com o aumento de taxa

ção para bets, impostos para investimentos hoje isentos, elevação de alíquotas para fintechs, entre outros pontos. As principais medidas, no entanto, foram retiradas do texto ao longo da tramitação, pelo relator, deputado Carlos Zarattini (PT-SP). Com o aval do governo, o petista fez diversas concessões para obter o apoio de bancadas na Câmara, em especial do agronegócio. Após os recuos, a arrecadação prevista com a proposta para 2026 caiu para R\$ 17 bilhões, mas o Planalto seguiu otimista com a aprovação.

Ao perceber que a derrota estava próxima, Zarattini citou os grupos políticos que se comprometeram a avalizar a proposta, mas que

anunciaram voto contrário mesmo tendo seus pleitos atendidos, como foi o caso da bancada do agro. Rebateu, também, parlamentares que criticaram o espaço orçamentário que a medida daria ao Executivo em 2026.

“Essa conversa de que o governo teria R\$ 20 bilhões a mais para gastar é conversa mole, porque todo mundo sabe que o limite de gastos é dado pelo arcabouço fiscal. O que o governo quer com esses recursos é poder atender o que está na LDO, que é cumprir o superávit primário no ano que vem e, com isso, favorecer a queda de juros no Brasil”, justificou.

O deputado Pedro Lupion (PP-PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que negociou com o relator diversas concessões que foram, de fato, incluídas no relatório, disse que a bancada não apoiou o texto por ser contra qualquer elevação de impostos. “Que aprendam a cortar na

carne, e não a gastar e empurrar a conta ao produtor rural”, escreveu Lupion, após a derrubada.

Na votação da retirada de pauta, até partidos da base fecharam questão para derrubar a MP, caso do PSD, que tem três ministérios no governo: Agricultura, Minas e Energia e Pesca. O União Brasil e o PP, que recentemente anunciaram o desembarque do governo, também votaram em peso pela retirada, embora tivessem concordado em apoiar o texto.

Líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP) destacou que o Parlamento poderá ser diretamente penalizado pela derrubada, já que um contingenciamento de recursos ainda em 2025 está entre as opções do Ministério da Fazenda para compensar a falta de arrecadação. O valor estimado que pode ser contingenciado em 2025, segundo Randolfe, pode variar de R\$ 7 bilhões a R\$ 10 bilhões.

Meta de deficit zero em 2026

Antes da derrubada da MP, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a pasta continuará a perseguir a meta de déficit zero para o ano que vem. Ele defendeu o texto construído pelo relator Carlos Zarattini (PT-SP), com sua participação.

“É um acordo que não penaliza o trabalhador, que não penaliza 99% da população e não penaliza nem o 1%, mas chama o 1% à responsabilidade de garantir que o país continue funcionando bem. É um chamamento à responsabilidade do 1%”, ressaltou.

Também alfinetou a oposição e criticou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. “Em 2022, o então governo usou o Congresso para ‘liberar geral’ o Orçamento, dar calote em um, não pagar o outro, e assim por diante, para ter vantagens eleitorais. Isso não se confirmou porque a população percebe essas coisas”, frisou. “Agora, querer fazer o que foi feito em 2022, invertendo o sinal — a abundância de recursos para ganhar a eleição e agora querer restringir o orçamento para prejudicar o governo — não vai acontecer, vai prejudicar o Brasil”, argumentou.

Com a derrota, Haddad pretende se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para apresentar uma série de opções e tentar manter as contas em ordem.

Procurado pelo **Correio**, Tarcísio negou ter trabalhado para interferir na votação. “Estou totalmente focado nos desafios e nas demandas de São Paulo. E essa questão cabe ao Congresso”, destacou. Ele, no entanto, recebeu agradecimento do líder da oposição na Câmara, Sôstenes Cavalcante (PL-RJ), por sua dedicação em derrubar a pauta. “Governador Tarcísio, receba a nossa gratidão por todo o seu empenho”, disse.

***Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa**

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Permanência de Fufuca e Sabino no governo é largada do xadrez eleitoral

Começou o jogo de xadrez eleitoral entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os caciques do Centrão, especialmente os presidentes do Progressistas (PP), Ciro Nogueira (PI), e do União Brasil, Antonio Rueda (PE). Os ministros do Esporte, André Fufuca (PP-MA), e do Turismo, Celso Sabino (União-PA), decidiram contrariar a decisão de seus respectivos partidos e permanecer na Esplanada dos Ministérios.

Essa decisão tem dois vetores: as pesquisas que mostram o fortalecimento da expectativa de poder em torno da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os mapas eleitorais do Maranhão e do Pará, dois estados estratégicos da Região Norte país, que não são bons para a oposição. A permanência dos políticos no governo sinaliza esses vetores e, também, a movimentação que pode vir a ocorrer em outros estados, em função dos projetos eleitorais dos aliados do governo Lula no Centrão.

Em nota, o PP afirmou que Fufuca desobedeceu à determinação da Executiva Nacional e, por isso, ficará afastado de todas

as decisões partidárias, inclusive da vice-presidência nacional da legenda. A decisão inclui a suspensão de sua participação em decisões internas, a perda da vice-presidência nacional da sigla e do comando do diretório estadual do Maranhão. Em nota, o presidente do PP, senador Ciro Nogueira, confirmou o afastamento e reforçou o posicionamento de independência da legenda em relação ao governo federal. “O Progressistas não integra o atual governo e não possui qualquer identificação ideológica ou programática com ele”, afirmou.

A resposta do Centrão veio na Câmara, que retirou de pauta, no início da noite a medida provisória arrecadatória que permitiria ao governo ajustar suas contas. A derrubada do texto foi uma derrota política importante para a gestão Lula (PT), que viu o apoio à proposta desaparecer nos últimos dias. Foram 251 votos a 193.

Embora o relator, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), tenha atendido às demandas de diversos setores — recuou de taxar LCI e LCA e de aumentar taxas a bets, por exemplo —, o agro e partidos do Centrão

se posicionaram contra a proposta.

Fufuca está com Lula e não abre: “Minha fidelidade é, primeiramente, ao povo que confiou o seu voto e me concedeu a honra do mandato. Está, inequivocamente, acima de quaisquer questões e disputas partidárias internas, e seguirá voltada à boa gestão e governabilidade do país.” O ministro é deputado federal licenciado pelo Maranhão. O afastamento ocorre após o partido anunciar a formação de uma federação com o União Brasil. Pela nova configuração, integrantes das siglas que ocupam cargos no governo precisariam deixar as funções, conforme orientação divulgada ainda em setembro. A regra atinge também o ministro do Turismo, Celso Sabino (União Brasil).

Sabino chegou a anunciar que deixaria o comando da pasta, mas recuou. Hoje, ele confirmou que permanecerá no cargo. “Fico. Tenho a confiança do presidente Lula e pretendo continuar desenvolvendo os trabalhos que venho fazendo no Ministério do Turismo. Tenho apoio de boa parte da bancada, e seguimos dialogando para

buscar entendimento dentro do partido”, disse o ministro. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), defendeu a abertura de processos disciplinares contra Sabino. Pré-candidato à Presidência da República, tem se empenhado em reforçar o perfil oposicionista da legenda e criticou duramente a presença do correligionário no governo federal.

Desorientação

Sabino foi convencido por Lula a permanecer no governo. Na última semana, o ministro acompanhou o presidente na viagem ao Pará, em compromissos voltados à 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas (COP 30). Na ocasião, reforçou sua ligação com o estado e o apoio ao governo: “Nada, nenhum partido político, cargo ou ambição pessoal vai me afastar desse povo que eu amo e do estado do Pará. Conte comigo para lhe apoiar e para segurar na sua mão, pois reconheço o seu trabalho e tudo

que fez pelo Brasil”, garantiu Sabino.

Desde quando foi formada a federação do Partido Progressista (PP) com o União Brasil, a cúpula dos dois partidos quer entregar os cargos ocupados por seus filiados. O governador Caiado (União Brasil) é o mais duro com Sabino: “Como ele quer ficar no governo, num partido que faz oposição, e manter as regalias do partido? Ele não pode fazer do seu projeto pessoal algo acima das regras partidárias. A Executiva do partido já deliberou sobre o assunto. Não dá para ser soldado de Lula e do União Brasil”.

Caiado quer transformar o caso Sabino num exemplo para os demais integrantes da legenda que estão no governo. Classificou a permanência do ministro no Executivo como uma “imoralidade ímpar” e defendeu que o partido adote medidas rigorosas contra integrantes que mantêm vínculos com o governo. A posição reforça a estratégia de Caiado de ampliar sua base na direita e consolidar o União Brasil como uma alternativa ao Palácio do Planalto nas próximas eleições.